



REPÚBLICA DE ANGOLA
GOVERNO PROVINCIAL DO MOXICO

CONCLUSÕES FINAIS

Sob a presidência de Sua Excelência Governador Provincial do Moxico, **Dr. Ernesto Muangala**, realizou-se, no dia 28 de Abril de 2023, no Auditório do Complexo Histórico-turístico “Monumento à Paz”, a 2.^a Sessão Ordinária do Governo, que contou com a presença da maioria dos seus membros.

Após a análise e discussão dos pontos constantes da agenda de trabalhos, aprovou-se a mesma com emenda, tendo-se concluído o seguinte:

1. Foi discutido o Memorando da Comissão Provincial para implementação do Plano Nacional de Fomento para a Produção de Grãos - PLANAGRÃO, que teve como ponto de partida a realização de trabalhos técnicos para catalogação de 500.000 hectares atribuídos para a província, tendo, entretanto, sido identificados 452 mil hectares distribuídos em cinco municípios, Alto Zambeze (73 000), Bundas (65 000), Camanongue (105 000), Luau (124 000) e Cameia (85 000), para a produção e aprovisionamento de grãos como trigo, arroz, soja e milho, numa perspectiva de curto e médio prazos (2022 a 2027), de acordo com o instruído pelo Decreto Presidencial n.º 200/2022 de 23 de Julho, diploma que define os critérios e modalidades para o acesso ao crédito, tendo sido aprovado o documento.

2. Foi feita a avaliação do resumo geral da execução das receitas, para o período de 01/01/2022 a 31/12/2022 na província do Moxico, com base a **Lei n.º 15/10**, de 14 de Julho, Lei do Orçamento Geral do Estado, e o Decreto Presidencial n.º 73/22, de 01 de Abril, que Aprova as Regras Anuais de Execução do Orçamento Geral do Estado para o Exercício Económico do mesmo ano. Tendo-se aferido a execução de 90% do grosso das receitas arrecadadas, transitando o remanescente para o exercício económico vigente. Relativamente as receitas próprias arrecadadas pelas distintas unidades orçamentais, 60% reverte para arrecadadora, e os demais 40% à Conta Única do Tesouro. Destaca-se ainda os benefícios da dinamização do processo de arrecadação de receitas com o portal do munícipe e de serviços, registando-se um valor global de 91 709 078.20 (noventa e um milhões, setecentos e nove mil, setenta e oito kwanzas e vinte céntimos), a nível das Administrações Municipais, 80% dos quais arrecadados no município do Moxico.

3. Os Membros do Governo apreciaram os Termos de Referência do 1º Encontro de Quadros da Província do Moxico, um evento de grande importância enquadrado na estratégia de atração de capital humano para o desenvolvimento económico e social da província. Tendo sido proposto o lema: “Atrair, Manter e Qualificar Quadros Para Melhor Servir”, previsto para setembro do corrente, em que serão debatidos e refletidos vários temas pontuais relacionados ao estado dos recursos humanos da província. O evento prevê um orçamento avaliado em cerca de 43 milhões de kwanzas, valor que poderá ser financiado com recurso à patrocinadores.

4. Foi discutido, sumariamente, o Plano Provincial de contingência, preparação recuperação e resposta de calamidades e desastres 2023-2024, documento que busca orientar a preparação, recuperação e resposta a calamidades e desastres na província, conforme a Lei nº 14/20 de 22 Maio, que altera a Lei de base de Proteção Civil, tendo sido apresentadas informações relevantes sobre os principais desastres históricos, ameaças, as questões orçamentais e o cronograma de execução das tarefas.

5. Analisou-se sequencialmente, as propostas dos Estatuto Orgânicos dos Lares de Assistência à pessoa Idosa "Nhacatolo, Capango, Luau, Centro de Acolhimento de Crianças vulneráveis e Centro Infantil Sambukila, que visam, em essência, garantir a proteção e o bem-estar social de pessoas em situação de vulnerabilidade, tendo sido aclarada a tutela e gestão dos mesmos, não descurando a possibilidade de criação de uma parceria público-privada, tendo os Membros do Governo acolhido os documentos acrescidos com as pontuais contribuições, tais como o alargamento do quadro do pessoal operário e a elevação do posto de saúde para centro médico.

6. Foram passadas informações sobre o Processo de Actualização de Categorias do Regime Geral de Carreiras na Função Pública, relativamente ao enquadramento e promoção de funcionários, em cumprimento do Despacho Conjunto n.º 259/22, de 26 de janeiro,

tendo sido realizado em três fases: 1) funcionários no limiar da aposentadoria com um mínimo de 30 anos de serviço e com 54 anos ou mais; 2) funcionários com mais de 20 anos de serviço efetivo; e 3) funcionários com 10 anos de serviço efetivo. Um total de 1.571 processos foram instruídos pelo Governo Provincial. Destes, alguns não foram processados devido a várias razões, destacando-se o incumprimento dos anos de carreira (menos de 10 anos de serviço efetivo), fazer parte de um regime especial, além de da falta de documentos.

7. Relativamente ao Concurso público de ingresso no Governo, do ano 2022, foram detalhados os dados que dão conta da existência de 130 vagas no SIGFE, distribuídas em quatro categorias: 1) Técnico Superior de 2ª Classe (25 vagas), 2) Técnico de 3ª Classe (25 vagas), 3) Técnico Médio de 3ª Classe (53 vagas) e 4) Auxiliar de Limpeza de 2ª Classe (27 vagas). Na Sequência, foram deixadas informações pontuais sobre o Concurso Público no Sector da Saúde, pelo que consta, a província beneficiou de 201 vagas, distribuídas em várias carreiras, incluindo 30 médicos, que nos próximos tempos começam a exercer funções nos 9 municípios.

8. Os Membros do Governo foram informados sobre o levantamento do pessoal sem vínculo regularizado com Órgãos da Administração Local do Estado (OALE), baseado no ofício n.º 323/GAB.MAT/2023, do Ministério da Administração de Território, tendo sido apurado um total de 1.380 funcionários que prestam serviço à Administração

Pública por contrato ou outra forma de provimento, dos quais 356 estão registrados no SIGFE e 1.024 são remunerados com fundo de Bens e Serviços. Entre esses funcionários, há também professores e enfermeiros.

9. Quanto ao Plano de Intervenção para época seca, ficou esclarecido que o mesmo objectiva a materialização de atividades técnicas e administrativas para a garantia de uma circulação cômoda e segura, além do melhoramento dos aspectos visuais do centro da cidade do Luena, bairros periféricos e vias estruturantes. O plano inclui acções como tapa-buracos da malha asfáltica do centro da cidade, revitalização da sinalização horizontal e vertical, pinturas das fachadas dos principais edifícios e terraplanagem e acomodação de trânsito das vias.

11. Os membros do Governo foram informados sobre a forma e conteúdo do Decreto Presidencial n.º 67/23, de março que Estabelece os Incentivos aos Funcionários Públicos e Agentes Administrativos Vinculados aos Órgãos e Serviços da Administração Local do Estado, abrangendo os municípios do Tipo C e D, sem prejuízo das necessárias atualizações dos critérios.

12. Em relação a Elaboração do Regulamento de Contra Ordenações - um facto ilícito punível com uma sanção pecuniária denominada coima, cuja elaboração julga-se necessária devido à revogação da Lei n.º 12/11 pela Lei n.º 19/22, entretanto actualizada com a Lei

n.º19/22, que atribui às Administrações Municipais a competência de definir o catálogo de modalidades de Contra-Ordenações e fixar os valores aplicáveis.

13. Foi apresentada a Reflexão do Governo sobre a Revitalização, Criação das Comissões, Conselhos de Moderadores e a implementação da Toponímia – processo que contou com a realização de um Seminário Provincial sobre o assunto em 17 de agosto de 2020 e replicado em todos os municípios. No entanto, o impacto desses seminários não foi satisfatório, tendo-se constituído a nível provincial 453 comissões de moradores, e nenhum avanço na toponímia, pelo que decidiu-se realizar o II Seminário Provincial em Março de 2023, augurando-se, doravante, mais empenho das administrações municipais.

14. Foi apresentada a programação do 1º Conselho Consultivo do Ministério da Educação da República de Angola em 2 de maio de 2023, que decorrerá no Instituto Médio Agrário do Luau, sob o lema “A Transformação da Educação Começa com o Professor. Serão abordados dois painéis, sendo, respetivamente, "Balanço Geral", que inclui apresentações sobre o Regulamento Interno do Conselho Consultivo, o Conselho dos Gabinetes Provinciais/Secretaria Provincial da Educação, Mapeamento Escolar em Angola e o Projeto Aprendizagem para Todos, e o segundo painel que versará sobre o "Calendário Nacional Escolar", incluindo o Calendário dos Jogos Nacionais Escolares.

15.Foi Apresentada a ficha de Cadastramento de Pessoas com Deficiência na Província.

16.Os Membros do Governo tomaram conhecimento sobre o Ponto de situação na produção e fornecimento de energia elétrica na Província, e de acordo com os dados avançados a situação é estável, levando em consideração que dos 46,93 MW que a província tem apenas estão a ser consumidos 23, estando já ultrapassados os constrangimentos, prevendo-se ainda a expansão da rede com implementação de novos projectos para a interligação da região leste na rede nacional, entretanto sem prejuízo de, a nível local, o governo buscar soluções para melhorar a eficiência na distribuição de energia.

17. Os Membros do Governo apreciaram detalhadamente o Nível de implementação e execução do processo de massificação do registo civil e atribuição do BI na Província, que teve o seu arranque em 2019 a nível nacional, e em julho de 2020 na província do Moxico, objectivando, na prática, o registo de 352.192 cidadãos e atribuir o maior número possível de bilhetes de identidade. No entanto, o programa enfrentou vários constrangimentos. De acordo com o mapa geral estatístico apresentado, foram registrados um total de 242.259 cidadãos e emitidos um total de 99.720 bilhetes de identidade.

18. Foi apresentada a proposta do Plano Operacional de Comunicação Institucional do Governo Provincial do Moxico, que visa adaptar a comunicação do Governo à realidade atual e aos desafios impostos pelas novas tecnologias de informação. A proposta inclui o lançamento da REVISTA ACREDITAR MOXICO, que será um dos principais meios de divulgação das ações governativas.

19. Os Membros do Governo receberam informações sintéticas sobre o Orçamento Geral do Estado para o ano 2022, principal instrumento da política económica e financeira do Estado Angolano, elaborado e aprovado de acordo com a legislação vigente, estando a província contemplada com um valor de Kzs 103 266 180 670, (cento e três mil milhões, duzentos e sessenta e seis milhões, cento e oitenta mil, seiscentos e setenta kwanzas), incluindo todos os órgãos ministeriais, sendo 71.883.643.882,00, (setenta e um mil milhões, oitocentos e oitenta e três milhões, seiscentos e quarenta e três mil, oitocentos e oitenta e dois kwanzas) a cargo da gestão do Governo Local.

20. Finalmente, os Membros do Governo foram actualizados sobre a visita a província Ocidental na República da Zâmbia, realizada pelo Governador Provincial a convite das autoridades locais, no quadro da cooperação entre os dois países, tendo sido destacada a 1ª Sessão de Cooperação Regional e Intercâmbio Cultural Moxico-Província Ocidental. Durante a visita, foi apresentada a

realidade socioeconômica do Moxico e as áreas abertas ao investimento privado, tendo o fórum culminado com a assinatura de um Memorando de Cooperação Bilateral entre as duas províncias.

Esgotados os pontos da agenda, o presidente da 2.^a Sessão Ordinária encerrou o evento quando eram 19h30.

Feita em Luena, aos 28 de Abril de 2023

O SECRETARIADO